

Perfil da pobreza no Brasil: uma análise regional (2012-2020)¹

Poverty profile in Brazil: a regional analysis (2012-2020)

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.5455>

Yasmin Rissato Pichinini²
Ana Cristina Lima Couto³

Resumo: Este artigo tem como objetivo estudar o perfil da pobreza no Brasil e nas suas macrorregiões, com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2012 e 2020. A abordagem monetária e a linha de pobreza para definir os pobres foi de até meio salário-mínimo de renda domiciliar *per capita*. As variáveis analisadas foram gênero, cor, idade, posição na família, escolaridade, região geográfica em que se vive, além dos indicadores relativos ao mercado de trabalho. Dentre os principais resultados, observou-se que mulheres, negros, os mais jovens, os menos escolarizados, os moradores da zona rural e das regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste) e trabalhadores informais estão mais presentes na pobreza. Assim, as políticas para sua redução devem focar em ações direcionadas para os grupos mais vulneráveis, além de promover melhorias na educação e criação de oportunidades de emprego e geração de renda, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Palavras-chave: Determinantes da pobreza; Macrorregiões; Perfil da pobreza.

Abstract: This article aims to study the profile of poverty in Brazil and in the macro-regions, based on the microdata of the Continuous PNAD of 2012 and 2020. The monetary approach was adopted and the poverty line to define the poor was up to half a minimum wage of household income per capita. The variables analyzed were gender, color, age, position in the family, schooling, geographic region in which one lives, in addition to indicators related to the labor market. Among the main results, it was observed that women, blacks, the youngest, the least educated, residents of rural areas and less developed regions (North and Northeast) and informal workers are more present in poverty. Thus, policies for poverty reduction in the country should focus on actions aimed at the most vulnerable groups, in addition to promoting improvements in education and creation of employment opportunities and income generation, especially in the North and Northeast regions.

Keywords: Determinants of poverty; Macrorregions; Poverty profile.

Artigo recebido em 16/02/2024. Aceito em 04/06/2024.

¹ Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Maringá (PIBIC/CNPq/FA/UEM) no período 2022/2023.

² Graduanda em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ra125318@uem.br; ORCID: <https://orcid.org/009-000-5611-3299>

³ Doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia da UEM. E-mail: aclcouto@uem.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8401-5909>

Introdução

A pobreza é um dos problemas que aflige o mundo, de modo que a erradicação, pelo menos da extrema pobreza, aparece como o primeiro objetivo dentre as 17 metas globais definidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) a ser alcançado até 2030.

De acordo com vários autores⁴, existem fatores sociais, demográficos, econômicos e espaciais que têm algum grau de associação com a pobreza, e as políticas públicas para seu enfrentamento podem atuar sobre tais fatores, os quais estão relacionados: a) às dificuldades que as pessoas encontram para participar do mercado de trabalho; b) às características pessoais dos indivíduos (sexo, cor ou raça, idade); c) à composição familiar; d) à formação escolar; e) ao local em que se vive (área urbana, rural e macrorregião, por exemplo)⁵.

Esses fatores podem influenciar o nível de renda das pessoas e, portanto, contribuir para que se encontrem na condição de pobreza. Assim, em consonância com Haughton e Khandker (2009), a elaboração de perfis de pobreza é importante para analisar as características dos pobres em uma sociedade.

No Brasil, a pobreza tem uma dimensão muito regionalizada (Couto; Brito, 2021). Tanto em 2012 como em 2020, a proporção de pobres no Brasil foi de aproximadamente 31%. No Nordeste e Norte, essa proporção ficou acima de 40%. Historicamente, estas regiões possuem os maiores contingentes de pobres no país.

Desse modo, este artigo tem como objetivo geral realizar um estudo sobre o perfil dos pobres tanto para o Brasil como para suas macrorregiões a fim de verificar alterações ocorridas no período, bem como as diferenças regionais.

A fonte de informações utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram utilizados os microdados dos anos de 2012 e 2020. Como objetivos secundários, foi feita uma revisão de literatura teórica sobre aspectos relacionados ao conceito, características e fatores

⁴ Lima (2005), Haughton e Khandker (2009), IETS (2011), Leone (1994), Rocha (1995, 2006), Osório *et al.* (2011), Souza e Osório (2012), Couto e Brito (2021).

⁵ Não se desconhece que a pobreza também está associada a questões relacionadas à saúde, mortalidade infantil, educação, direitos de cidadania, segurança, habitação, acesso à água potável, saneamento etc. No entanto, a ênfase neste texto recai sobre a pobreza monetária, pois uma parte das necessidades dos indivíduos é satisfeita pela renda.

determinantes da pobreza. O método adotado baseou-se em pesquisa bibliográfica e análise descritiva das variáveis.

Para alcançar esse objetivo, este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. Primeiramente, foi realizada a revisão teórica que trata da conceituação e caracterização da pobreza, bem como dos seus determinantes socioeconômicos. Em seguida, foram apresentados os resultados e, por fim, as considerações finais.

1 Breves considerações sobre aspectos conceituais e caracterização da pobreza

1.1 Conceitos e tipos de pobreza

No final do século XX, mais especificamente nas três últimas décadas, passou a ser relevante entre os estudiosos do campo das Ciências Sociais e Econômicas a discussão sobre a pobreza. Como forma de destacar quão importante é a compreensão sobre quem são os pobres, por que o são, e, além disso, entender suas experiências, a ONU criou, através da Agenda 2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁶. Dentre os dezessete objetivos, o primeiro trata da erradicação da pobreza, seguido posteriormente por outros, como fome zero e agricultura sustentável, e redução da desigualdade.

A pobreza é um fenômeno que pode ser analisado a partir de múltiplas abordagens. Uma definição que considera a multidimensionalidade, e que a caracteriza, de acordo com Rocha (2006), é que pobre é o indivíduo que não possui meios para se adequar ao seu grupo social e que não tem suas necessidades mais básicas atendidas.

A pobreza pode ser absoluta, relativa ou subjetiva. Rocha (2006) e Codes (2004) conceituam a pobreza absoluta como a situação em que os indivíduos não têm renda suficiente para suprir suas necessidades mínimas básicas de consumo de bens para garantir sua sobrevivência vital. Essa definição reflete as condições de uma sociedade em extrema carência, pois delimita os indivíduos como pobres no sentido da renda insuficiente para o atendimento de tais necessidades.

A pobreza relativa, conforme Rocha (2006) e Kageyama e Hoffmann (2006) é o conjunto de necessidades de acordo com o grupo estudado, que consideram o ambiente social no qual se

⁶ Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável são: 1. Erradicação da pobreza, 2. Fome zero e Agricultura sustentável, 3. Saúde e Bem-estar, 4. Educação de qualidade, 5. Igualdade de Gênero, 6. Água potável e Saneamento, 7. Energia limpa e acessível, 8. Trabalho decente e Crescimento econômico, 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10. Redução das desigualdades, 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12. Consumo e Produção responsáveis, 13. Ação contra a mudança global do clima, 14. Vida na água, 15. Vida terrestre, 16. Paz, justiça e instituições eficazes, 17. Parcerias e meios de implementação (ONU, 2022).

vive. A pobreza relativa está associada ao modo de vida e aos costumes que predominam numa sociedade. Neste caso, pobre é o indivíduo que sofre privação de bens comuns à sociedade em que está inserido. Já no que diz respeito à pobreza subjetiva, os indivíduos seriam seus próprios juízes e eles seriam pobres porque se sentem como tal.

É comum a operacionalização do conceito de pobreza absoluta e relativa a partir da associação a um valor monetário. Essa abordagem monetária está relacionada a dois tipos de linhas. Primeira, as linhas de indigência, ou de pobreza extrema, que correspondem ao valor monetário mínimo para obtenção de uma cesta básica que supra as necessidades alimentares e garanta os indicadores nutricionais para a sobrevivência das pessoas. Portanto, indivíduos indigentes são aqueles que não possuem renda para arcar com o mínimo necessário para a sobrevivência vital.

Já o segundo tipo de linha diz respeito às linhas de pobreza, na qual se estipula um valor monetário de renda mínima que assegure uma gama maior de consumo, como serviços de habitação, vestuário e alimentação, nesse sentido são classificados como pobres os indivíduos que estão abaixo dessa linha (Rocha, 2006).

1.2 Abordagens sobre pobreza: necessidades básicas e capacitações

A concepção de pobreza a partir das necessidades básicas (*Basic Needs*) está relacionada ao seu caráter não monetário. As *Basic Needs* estão associadas ao acesso à moradia, educação e serviços públicos, como água potável, energia elétrica e saneamento. Assim, seriam pobres as pessoas que não têm essas necessidades atendidas. Essa concepção, de acordo com os estudos de Codes (2004), aborda mais amplamente o caráter relativo da pobreza.

A discussão acerca das necessidades básicas foi amplamente discutida por Amartya Sen (2010), pois, uma vez privado dessas necessidades, o indivíduo é também privado de participar da sociedade na qual está inserido. Desta forma, surge o conceito de capacitação. O indivíduo é pobre além da pobreza absoluta (privação de bens), pois ele é privado dos seus direitos de cidadania como também de ter voz social e política.

De acordo com Codes (2004) e Kageyama e Hoffmann (2006), os estudos de Sen (1983, 1999, 2010) destacam também que o indivíduo pobre é aquele que se encontra destituído do acesso a bens e recursos bem como privado de exercer direitos como cidadão. Ainda sobre a pobreza,

[...] ela pode ser definida de modo a representar não apenas o nível em que se podem satisfazer as necessidades nutricionais, por exemplo, mas também em que sejam garantidas as capacidades de participar das atividades comunitárias e de poder adotar as convenções sociais mínimas (Kageyama; Hoffmann, 2006, p. 5).

No livro “Desenvolvimento como liberdade”, Sen (2010) mostra que é fundamental para o desenvolvimento a expansão da liberdade política, social e econômica dos indivíduos, assim como a seguridade, transparência e oportunidades sociais.

A liberdade exprime um valor à sociedade e deveria ser garantida a todos pelos líderes que estão comprometidos com a justiça social. É preciso “compreender de que modo o enraizamento das desigualdades promove a privação da liberdade e torna irreconhecível a viabilidade da igualdade” (Zambam; Kamphorst, 2020, p. 86). Portanto, apesar da definição de pobreza a partir do conceito da renda, o fenômeno da pobreza é multidimensional, uma vez que ultrapassa o simples critério monetário.

Segundo Sen (2001), a capacidade (*capacity*) faz referência à possibilidade de escolha de um indivíduo. Como exemplo, o autor usou a situação daqueles que desejam fazer jejum, e daqueles que passam fome porque não têm como obter os alimentos. No primeiro caso, a pessoa escolhe fazer jejum enquanto no segundo, não há possibilidade de escolha.

A expansão da liberdade é o meio e o fim pelo qual se alcança o desenvolvimento de uma sociedade. Sen (1999, 2010) discute alguns tipos de liberdade: a) política, que propicia ao indivíduo exercer suas escolhas políticas, mediante voto, e ter o direito de criticar e cobrar os políticos sem que sofram ameaças; e b) liberdade no sentido de facilidades econômicas do sistema econômico, como acesso ao crédito e empréstimos, para que os indivíduos aumentem sua renda e facilitem seu consumo.

No entanto, neste caso, a distribuição de renda tem papel importante. O processo de desenvolvimento econômico deveria acontecer de forma menos desigual para que os indivíduos possam desfrutar da renda de modo mais igualitário. Ainda de acordo com Sen (2010), as oportunidades sociais também são uma forma de liberdade. A educação, por exemplo, é um ativo que favorece a liberdade de um indivíduo, pois permite que ele tenha capacidade tanto para ler um jornal como para ocupar uma posição de trabalho melhor.

1.3 Determinantes da pobreza

Ao admitir sua complexidade, a pobreza possui relação com fatores pessoais (tal como, idade, gênero e cor) e local de residência (área urbana, rural, região em que se vive). Por exemplo, crianças e os mais jovens estão mais propensos a situações de pobreza, pois geralmente são dependentes da família. Mulheres e negros são também indivíduos mais vulneráveis à condição de pobreza. No entanto, estes atributos não são a causa para que esses indivíduos sejam pobres (Haughton; Khandker, 2009).

Há ainda fatores como o mercado de trabalho e a escolaridade que estão associados à pobreza. Por sua vez, os fatores pessoais podem explicar porque alguns indivíduos possuem mais dificuldades de encontrar empregos, sobretudo empregos de qualidade, ou, quando o conseguem, as mulheres, por exemplo, estão mais sujeitas a ocupações inferiores, ainda que possuam melhores qualificações e mais anos de estudos.

A relação entre pobreza e gênero é amplamente discutida na sociedade. De modo geral, as mulheres estão mais sujeitas à pobreza, e, quando combinadas questões de gênero e raça, os indicadores são ainda mais preocupantes (Couto, 2014; Santos; Pires; Drumond, 2022). Essa relação desigual é verificada, no mercado de trabalho, em razão de um processo discriminatório, uma vez que as mulheres possuem mais escolaridade, e mesmo assim, de modo geral, ocupam remunerações e cargos inferiores aos dos homens.

Um dos motivos para ocorrer a situação supracitada se deve ao fato de que as mulheres enfrentam responsabilidades quanto aos serviços relativos ao lar, cuidados com os filhos, os quais dificultam a obtenção de trabalhos, mantendo-as mais vulneráveis aos indicadores de pobreza, sobretudo se elas são chefes de família (Melo, 2005).

Sen (2001) enumera alguns exemplos de desigualdades entre homens e mulheres: desigualdades de oportunidades, desigualdades no âmbito do mercado de trabalho, desigualdades no lar e desigualdades de propriedade.

Sen (2010), por sua vez, afirma que as discriminações contra as mulheres são um exemplo de privação que reduz a qualidade de vida. Portanto, as desigualdades e discriminação de gênero podem contribuir para a reprodução da pobreza.

Conforme Lopes e Azevedo (2005, p. 4) “durante a IV Conferência Mundial da Mulher, os governos reconheceram que a maioria dos pobres no mundo eram mulheres, caracterizando o fenômeno conhecido como feminização da pobreza”.

Pereira e Silva (2021), mediram o nível de pobreza no Brasil conforme o sexo dos indivíduos nos anos de 2004, 2009 e 2014, e concluíram que o nível encontrado para as mulheres foi superior ao dos homens. Ademais, a maior presença da mulher na pobreza não se deve a fenômenos isolados. As mulheres são historicamente mais vulneráveis devido a fatores sociais e culturais.

Sobre a relação entre pobreza e cor ou raça, os negros estão proporcionalmente mais inseridos na situação de pobreza. Há uma herança histórica na qual o negro acumulou desvantagens que produziram desigualdade entre os indivíduos. Além disso, Guimarães (2003) e Santos, Pires e Drumond (2022) afirmam que os negros enfrentam mais dificuldades em relação aos brancos no mercado de trabalho e a questão da desigualdade educacional pode intensificar o problema da pobreza.

A distribuição espacial dos pobres pode ser analisada através dos estratos urbano e rural. Essa distinção foi tratada, por exemplo, por Rocha (2006), Osório *et al.* (2011) e Santos, Pires e Drumond (2022). Há grande concentração de pobres na região rural devido ao baixo desenvolvimento destas áreas em relação às zonas urbanas. Além disso, os mercados de trabalho são mais restritos, com menos oportunidades de emprego e renda.

A pobreza também tem relação com o nível de escolaridade, visto que cidadãos mais instruídos têm mais chances de encontrarem melhores oportunidades de trabalho, melhor nível de renda e de exercerem melhor seus papéis dentro da sociedade, o que pode ajudar a reduzir índices de pobreza. “A educação, portanto, é um ativo relevante que contribui para o crescimento econômico, para melhorar a qualificação e inserção no mercado de trabalho e tornar as pessoas cidadãos melhores” (Couto; Brito; Silva, 2021, p. 5). Tais autores constataram que a escolaridade é uma das variáveis que possui grande impacto na redução da pobreza.

Dessa forma, os investimentos em educação são cruciais. Por isso, as políticas públicas na área da educação são importantes para romper o ciclo de pobreza que muitas vezes ocorre entre gerações. Um dos pilares do Programa Bolsa Família, que transfere renda aos mais pobres, é a ênfase na educação, pois exige que crianças e adolescentes frequentem a escola. Assim, espera-se que ao menos os filhos dos mais pobres, através da educação, não reproduzam a situação de pobreza de seus pais.

No entanto, é importante que a educação oferecida, em todos os níveis, seja de qualidade para que todos tenham maiores perspectivas futuras e que proporcione aos indivíduos condições de vida digna para si e para sua família. Além disso, por meio da educação, as pessoas conhecem

seus direitos como cidadãos e passam a ter voz política. Desse modo: “As políticas sociais assumem, também, a função de assegurar os direitos constitucionais, no caso brasileiro, previstos na Constituição Federal de 1988” (Izepão; Albuquerque; Fernandes, 2020, p. 13).

A pobreza é distribuída de modo desigual em termos regionais, sobretudo num país como o Brasil que possui grande heterogeneidade socioeconômica entre suas unidades da federação. Estados mais desenvolvidos economicamente possuem maior infraestrutura, educação de maior qualidade e um mercado de trabalho mais abrangente, tal como nas regiões Centro-Sul e Sudeste.

Já no Norte e Nordeste, as pessoas que vivem na área rural são ainda mais afetadas pela pobreza, seja pelo menor acesso a serviços públicos como os de saúde e saneamento, seja em relação a serviços de educação ou oportunidades de emprego. A área rural da região nordestina, por exemplo, lida com alguns empecilhos relacionados às questões físicas, como a seca, o que traz problemas e vulnerabilidades para parte da população.

Por fim, as dificuldades de inserção ocupacional e a precariedade do mercado de trabalho também estão relacionadas com a pobreza, o que gera, por sua vez, alto desemprego, salários baixos, empregos informais e de má qualidade. O trabalho é o principal meio que proporciona a obtenção de renda para a maioria das pessoas e, por isso, o mercado de trabalho deveria oferecer boas oportunidades de emprego e de renda para todos.

Feitas essas considerações, na próxima seção, serão apresentadas as características dos pobres que vivem no Brasil e nas macrorregiões do país, segundo características pessoais, de escolaridade bem como de alguns indicadores do mercado de trabalho.

2 Análise do perfil dos pobres no Brasil e macrorregiões – 2012 e 2020

O conceito de pobreza utilizado neste artigo foi definido com base na linha de pobreza de $\frac{1}{2}$ salário mínimo de renda domiciliar *per capita*. Os microdados utilizados foram obtidos da PNAD Contínua do IBGE. O período de análise refere-se aos anos de 2012 e 2020⁷. Ressalta-se que todos os valores monetários foram atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2020 e que os fatores de expansão da amostra fornecidos pelo IBGE foram aplicados aos dados.

⁷ Para o ano de 2012, utilizaram-se os microdados da Visita 1 e, para o ano de 2020, a Visita 5, conforme recomendação do IBGE (2021).

A Tabela 1 mostra que tanto no ano de 2012 como no de 2020 a proporção de pobres ficou praticamente estável em 31%. O fato de a taxa de pobreza não ter aumentado, dado que até 2019 havia tendência de elevação, pode ser explicada pelo surgimento da pandemia de Covid-19, em 2020, o que levou ao fechamento de milhares de empresas no país e à paralisação de inúmeras atividades produtivas e consequente aumento do desemprego.

Naquela época, para garantir um mínimo de recurso para a sobrevivência das famílias que perderam emprego e renda, foi concedido o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00, um valor cerca de 3 vezes maior do que aquele repassado pelo Programa Bolsa Família, que pagava, em média, R\$ 189,00 por família. Destaca-se que no caso de mães chefes de família, esse auxílio era o dobro (R\$ 1.200,00).

Tal medida evitou que a pobreza e desigualdade se elevassem em 2020 no Brasil, conforme World Bank (2022) e IBGE (2021). Houve redução da pobreza nas regiões Norte (1,18 p.p.) e Nordeste (2,91 p.p.), aquelas que têm o maior percentual de pessoas consideradas pobres e beneficiárias de programas sociais. O contrário ocorreu quando se observaram os dados das regiões mais desenvolvidas do país: no ano de 2012 as taxas de pobreza eram bem menores nas regiões Sudeste (20,63%), Sul (16,86%) e Centro Oeste (22,46%), com aumento em 2020 para 22,19%, 17,42% e 24,02%, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1- Distribuição de pobres – Brasil e regiões – 2012 e 2020 – %

Unidade Territorial	2012	2020
Brasil	31,42	31,31
Norte	48,07	46,89
Nordeste	52,83	49,92
Sudeste	20,63	22,19
Sul	16,86	17,42
Centro-Oeste	22,46	24,02

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

O efeito do Auxílio Emergencial em 2020 como mecanismo para evitar o alastramento da pobreza no Brasil, e que resultou na redução de pobres nas regiões Norte e Nordeste, ao contrário do observado nas demais regiões, pode ser explicado pelo estudo do Ministério da Cidadania:

[...] nas regiões Nordeste e Norte o programa [Auxílio Emergencial] chegou mais rápido ao público-alvo. No Nordeste, 60% dos elegíveis receberam já no primeiro mês e, em dois meses (abril e maio), mais de 80% do público tinha sido alcançado. [...] vale pontuar que o Auxílio Emergencial chegou mais rápido nas regiões em que o

quadro da pobreza era historicamente mais persistente e a presença da rede de proteção social já era mais expressiva antes da pandemia, ou seja, as regiões Norte e Nordeste. Desta forma, a maior agilidade no pagamento do benefício nestas localidades, inclusive para as pessoas que não eram atendidas pela rede de assistência social antes da pandemia (e que não estavam no Cadastro Único), pode indicar seu papel positivo nos territórios. Essa questão, entretanto, merece maior aprofundamento (Brasil, 2021, p. 29-30).

No que diz respeito à zona de moradia (Tabela 2), os pobres estão concentrados na área urbana, assim como no Brasil como um todo, que tem uma taxa de urbanização de 86%. Entre 2012 e 2020, aumentou a proporção de pobres de 71,6% para 75,2% nas cidades. Nesse período, houve redução da pobreza rural.

Em termos regionais, aumentou a participação de pobres na zona urbana em todas as regiões, destacando-se que nas regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, o percentual está acima de 80%. Um fato que chama a atenção é que as regiões Norte e Nordeste possuem os maiores percentuais de pobres que vivem na zona rural: cerca de 1/3.

Tabela 2 - Distribuição de pobres por zona de habitação – Brasil e regiões – 2012 e 2020

Unidade Territorial	2012		2020	
	Urbana (%)	Rural (%)	Urbana (%)	Rural (%)
Brasil	71,60	28,40	75,20	24,80
Norte	67,10	32,90	67,90	32,10
Nordeste	62,94	37,06	65,24	34,76
Sudeste	84,48	15,52	88,48	11,52
Sul	75,77	24,23	81,67	18,33
Centro-Oeste	85,05	14,95	88,20	11,80

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

Discute-se na literatura a chamada “feminização da pobreza” em razão da maior incidência da pobreza ocorrer no grupo das mulheres. De acordo com Novellino (2004), esse conceito está relacionado com as formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho, pois elas estão em maioria nas atividades informais, de baixa qualificação, em tempo parcial e subemprego (por insuficiência de horas trabalhadas) e de baixos rendimentos.

Os dados da Tabela 3 também mostraram que no Brasil, em 2012, 51,7% dos pobres eram mulheres, com aumento para 52,34% em 2020. O mesmo se verifica para todas as cinco regiões, em que mais de 50% dos pobres são mulheres e suas participações estão muito próximas.

Quanto ao tamanho médio da família dos pobres, tanto no Brasil como nas regiões, houve pequena redução desse indicador. O tamanho médio estabilizou-se em torno de 4 pessoas. A

redução do tamanho médio da família é um fato que também ocorre para a população como um todo.

Tabela 3 - Distribuição de homens e mulheres pobres (%) e tamanho médio da família – Brasil e regiões – 2012 e 2020

Unidade Territorial	2012			2020		
	Homens	Mulheres	Tam. família	Homens	Mulheres	Tam. família
Brasil	48,30	51,70	4,81	47,66	52,34	4,32
Norte	49,59	50,41	5,61	48,99	51,01	4,98
Nordeste	48,53	51,47	4,80	48,25	51,75	4,27
Sudeste	47,51	52,49	4,60	46,28	53,72	4,16
Sul	48,20	51,80	4,51	47,64	52,36	4,11
Centro-Oeste	48,53	52,47	4,59	47,47	52,53	4,30

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

Em relação à idade média dos pobres (Tabela 4), nota-se que eles têm um perfil etário muito jovem. Houve ligeiro aumento desse indicador, que em 2012 era de aproximadamente 25 anos, com aumento para cerca de 28 anos em 2020 tanto para o país como para as regiões. Dessa forma, a condição de pobreza pode estar relacionada, portanto, ao ciclo de vida. Os mais jovens ainda não têm experiência suficiente, possuem dificuldades de inserção e quando ocupados costumam ter rendimentos mais baixos.

A distribuição dos pobres por faixa etária mostra que no Brasil e nas cinco regiões houve redução da população jovem no período. No entanto, é alta a proporção de jovens com menos de 18 anos entre os pobres, proporção comparável ao da população que está na faixa de 19 a 59 anos, uma faixa muito ampla. Já o percentual de idosos pobres é relativamente mais baixo tanto no Brasil como nas regiões.

O fato de haver proporcionalmente menos indivíduos pobres com 60 anos ou mais pode ser justificado, uma vez que, provavelmente, muitos deles são beneficiários de programas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou são aposentados e/ou pensionistas, e tal situação pode ser capaz de elevar a renda *per capita* destes e retirá-los da condição de pobreza (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição de pobres por faixa etárias (%) e idade média – Brasil e regiões – 2012 e 2020

Unidade Territorial	< 18		19-59		60 >		Idade Média	
	2012	2020	2012	2020	2012	2020	2012	2020
Brasil	46,30	40,07	48,92	53,01	4,78	6,92	24,72	27,56
Norte	50,97	42,61	45,54	52,20	3,49	5,20	22,45	25,70
Nordeste	44,91	38,82	50,46	54,94	4,63	6,24	25,02	27,69
Sudeste	45,86	39,77	48,54	52,04	5,60	8,20	25,32	28,24
Sul	46,80	41,41	48,21	49,68	5,00	8,91	25,22	28,21
Centro-Oeste	49,01	43,29	46,44	50,08	4,54	6,64	23,70	26,58

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

Sobre pobreza e cor, conforme menciona Guimarães (2003), grupos formados por pretos e pardos (negros) estão mais presentes na condição de pobreza. Brito e Dathein (2024) também constataram maior participação de negros entre os chefes de famílias mais pobres. Os dados da Tabela 5 mostram que no ano de 2012, para o Brasil como um todo, os pobres que se autodeclararam como pardos eram maioria: representavam pouco mais de 60%. Em seguida, apareceram os brancos (30,61%).

Destaca-se que em 2020 a participação de brancos caiu 3 pontos percentuais (p.p.) enquanto a dos pardos aumentou 1,07 p.p. Indígenas e amarelos possuem uma representatividade muito baixa. Quando se estratifica essa análise para as regiões, observa-se que nos dois anos de análise, há uma predominância de pardos nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Ainda, é válido ressaltar que houve redução no percentual de pobres brancos no país e em todas as regiões, algo que pode estar relacionado aos movimentos de valorização dos negros. O fato é que muitas pessoas passaram a se reconhecer como tal e a se autodeclararem como pretos e pardos (Gonçalves; Hoffman, 2020).

No entanto, é importante destacar que o aumento da população preta e parda é verificado para toda a população brasileira, independentemente da categoria de renda. Dados do IBGE destacam que o aumento da população não branca no Brasil ocorre desde o Censo de 2010. Segundo o órgão há uma maior conscientização racial da população brasileira (IBGE, 2023 *apud* Pinhoni, 2023), o que explicaria tal elevação.

Já os pobres brancos são a maioria no Sul: cerca de 63% em 2020. Isso não se observa em outras regiões, o que demonstra de certa forma uma discrepância entre o perfil dos pobres por cor ou raça entre regiões. Esse alto percentual de brancos está associado a uma questão

histórica da colonização europeia na região Sul, região que possui a maior proporção de indivíduos brancos, seja pobre ou não pobre.

Tabela 5 - Distribuição de pobres por cor – Brasil e regiões – 2012 e 2020 – %

Unidade Territorial	2012				
	Branco	Preto	Indígena	Pardo	Amarelo
Brasil	30,61	8,51	0,24	60,33	0,31
Norte	16,07	5,08	0,18	77,65	1,02
Nordeste	22,03	8,48	0,16	69,15	0,19
Sudeste	39,40	11,05	0,34	49,09	0,12
Sul	66,90	5,25	0,19	27,23	0,43
Centro-Oeste	30,35	7,36	0,52	61,12	0,67
	2020				
Brasil	27,60	10,08	0,37	61,40	0,54
Norte	12,79	5,47	0,47	79,59	1,68
Nordeste	19,45	10,95	0,29	68,79	0,53
Sudeste	36,96	12,02	0,37	50,46	0,19
Sul	62,88	6,86	0,68	29,33	0,26
Centro-Oeste	27,28	8,47	0,39	63,61	0,24

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

No que diz respeito ao nível educacional, nota-se que os indivíduos mais escolarizados, que possuem mais anos de estudo, estão proporcionalmente menos presentes na condição de pobreza, uma vez que possuem maior preparação e conhecimento e isso pode facilitar sua entrada no mercado de trabalho. Dessa forma, podem obter rendimentos maiores.

Com base na Tabela 6, no ano de 2012, no Brasil, 83,91% dos pobres eram alfabetizados (sabiam ler e escrever). Já no ano de 2020, esse percentual aumentou para 89%. Em termos regionais, as maiores taxas de alfabetização se encontravam no Centro-Sul. Em 2012, o Nordeste apresentava o menor percentual, 79,03%, e o Sudeste possuía uma taxa 10 p.p. maior (89,98%).

Em 2020, no Sudeste a taxa de alfabetização dos pobres aproximou-se de 92,63% e as demais macrorregiões apresentavam percentuais superiores a 90%, exceto Norte e Nordeste. Para essas regiões menos desenvolvidas, esse percentual foi de 89% e 85,68%, respectivamente.

Ainda com base nos dados da Tabela 6, é possível observar a escolaridade média dos pobres. Tanto para o Brasil, como para as macrorregiões, houve elevação desse indicador, porém este ainda permanece muito baixo. A região Nordeste é a que tem menor escolaridade média (5,54 anos em 2012 e 7,43 anos em 2020).

Tabela 6 - Distribuição dos pobres alfabetizados (%) e escolaridade média – Brasil e regiões – 2012 e 2020

Unidade Territorial	2012		2020	
	Alfabetizados	Escolaridade média	Alfabetizados	Escolaridade média
Brasil	83,91	6,15	89,00	8,04
Norte	83,55	6,27	89,00	8,11
Nordeste	79,03	5,54	85,68	7,43
Sudeste	89,98	6,93	92,63	8,75
Sul	89,44	6,51	91,79	8,11
Centro-Oeste	88,11	6,69	91,47	8,70

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

A Tabela 7 mostra que, no Brasil, em 2012, aproximadamente 70% dos pobres tinham até 8 anos de estudo (ao fazer a soma das duas primeiras faixas, até 4 anos e de 5 a 8 anos de estudo). Observa-se, em média, uma queda desse percentual em 2020 para 55,51%. Portanto, uma parcela considerável da população pobre não tinha nem ensino fundamental completo. No entanto, houve redução dessa participação entre 2012 e 2020.

Por outro lado, aumentou a proporção de pobres nas faixas de escolaridade mais altas, tanto no Brasil como nas suas macrorregiões. Isso é um fator positivo, visto que há uma forte associação entre a escolaridade e melhores oportunidades no mercado de trabalho, com a aquisição de maiores rendas para que seja possível sair da condição de pobreza. Sobre essa questão, Barros, Henriques e Mendonça (2000) comentam que o aumento do nível educacional favorece o aumento da produtividade do trabalho e pode aumentar os salários dos trabalhadores e assim reduzir o risco de pobreza.

Quanto à distribuição de pobres na última faixa, que corresponde a 16 anos de estudo ou mais, apesar do aumento no período de 2012 para 2020, seja no Brasil seja nas regiões, os percentuais ainda são muito baixos. De modo geral, em termos de escolaridade, os pobres estão mais concentrados nas demais faixas (Tabela 7).

Tabela 7 - Distribuição de pobres por faixas de anos de estudos – Brasil e regiões – 2012 e 2020 – %

Unidade Territorial	Até 4 anos		5 a 8 anos		9 a 15 anos		16 anos ou mais	
	2012	2020	2012	2020	2012	2020	2012	2020
Brasil	39,45	27,67	30,63	27,84	29,32	42,11	0,60	2,38
Norte	42,51	28,41	28,99	27,86	27,99	41,46	0,51	2,27
Nordeste	43,33	30,53	29,02	27,74	27,24	39,66	0,41	2,08
Sudeste	33,28	23,92	32,35	26,81	33,51	46,60	0,87	2,66
Sul	34,01	26,33	36,55	32,03	28,56	39,32	0,87	2,32
Centro-Oeste	38,07	25,74	31,13	28,21	30,16	42,55	0,64	3,50

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

A análise do mercado de trabalho entre os pobres ocupados contribui para reforçar a hipótese de que a condição de pobreza pode estar associada à sua forma de inserção ocupacional, pois é nesse mercado que a maioria das pessoas obtêm renda.

Conforme dados da pesquisa para os pobres, a taxa de participação na força de trabalho — que mede a pressão que os empregados e os desempregados exercem sobre o mercado de trabalho — foi de 51,41% em 2012, com queda para 45,78% em 2020. Nesse período, as regiões Norte e Nordeste, tinham as menores taxas, 48,53% e 42,13%, respectivamente.

O Nordeste é a região que se destaca como a que detém o menor percentual de pobres exercendo pressão sobre o mercado de trabalho. A baixa taxa de participação dos pobres pode estar relacionada ao desalento, situação na qual as pessoas deixam de procurar trabalho devido às dificuldades para obter uma colocação. Portanto, ao considerar-se os pobres como a parcela da população que dispõe de menos meios para se qualificar, eles acabam por ter mais dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, condição fundamental para que saiam da pobreza.

Há ainda que considerar como se distribuem os pobres no Brasil e nas macrorregiões quando se trata da ocupação e desocupação (Tabela 8). Uma proporção alta de pobres desocupados pode reforçar a condição de pobreza. No Brasil, a taxa de desemprego dos pobres correspondia a 33,51% em 2020, mais que o dobro quando comparado a 2012, que registrou uma taxa de 16,62%. Esse fato pode ter relação com a pandemia, pois em 2020 houve aumento do desemprego em razão do fechamento de inúmeros postos de trabalho devido às medidas restritivas de mobilidade da população.

Com base nos dados da Tabela 8, é notório que houve elevação das taxas de desemprego entre 2012 e 2020 para todas as regiões e, conseqüentemente, redução da taxa de ocupação. Destaca-se a maior taxa de desemprego no Sudeste em 2012 e em 2020.

Também chama a atenção a taxa de ocupação no Norte: maior tanto em 2012 (87,35%) como em 2020 (79,27%). Acredita-se que esse achado esteja relacionado com as atividades ligadas ao garimpo, extrativismo vegetal e mineral, bem como à expansão da fronteira agrícola, que ampliou o mercado de trabalho daquela região.

Por conseguinte, no Sudeste, apenas 57,81% dos pobres estavam ocupados. Imagina-se que isso seja reflexo das medidas restritivas da pandemia sobre o mercado de trabalho, uma vez que é uma região na qual se destaca o setor de serviços, o qual, normalmente possui alta ocupação, e que foi um dos mais afetados pelas restrições impostas durante o ano de 2020.

Tabela 8 - Distribuição de pobres ocupados e desocupados – Brasil e regiões – 2012 e 2020

Unidade Territorial	2012		2020	
	Ocupados (%)	Desocupados (%)	Ocupados (%)	Desocupados (%)
Brasil	83,38	16,62	66,59	33,51
Norte	87,35	12,65	79,27	20,73
Nordeste	85,10	14,90	69,22	30,78
Sudeste	78,35	21,65	57,81	42,19
Sul	84,11	15,89	67,27	32,73
Centro-Oeste	82,89	17,11	66,30	33,70

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

De modo geral, as ocupações com carteira de trabalho assinada oferecem maior segurança devido às garantias caso o trabalhador seja demitido (Seguro-desemprego, por exemplo) além de direitos como licença maternidade e auxílios de afastamento em razão de doenças, acidentes e acesso à Previdência Social. Com a Carteira de Trabalho assinada (ou contribuindo com a Previdência por conta própria), os trabalhadores estão protegidos de imprevistos e têm assegurados todos os direitos garantidos pela legislação trabalhista e previdenciária (IBGE, 2021). Sen (2010) defende a existência do seguro-desemprego para manter os indivíduos seguros durante um período de perda de emprego.

Nota-se na Tabela 9 que, em 2012, no Brasil, os pobres empregados com carteira de trabalho correspondiam a apenas 26,63% (incluindo os setores público e privado e o trabalho doméstico). Em 2020, praticamente não houve mudanças e o percentual foi de 26,28%. Em 2012 os pobres ocupavam predominantemente os trabalhos por conta própria (31,21%) e os trabalhos sem carteira (31,12%), o que evidencia, portanto, uma maior vulnerabilidade desses indivíduos, pois, em sua maioria, eles não contribuem para a Previdência mantendo-se mais vulneráveis e desprotegidos.

Em 2020, no Brasil, houve aumento de trabalhadores pobres por conta própria para 34,17%. Este fato foi verificado em todas as regiões, exceto para o Nordeste. O aumento dos trabalhadores por conta própria em 2020, no Brasil e nas regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro Oeste pode estar relacionado com a pandemia, pois muitos indivíduos, inclusive os mais pobres, que geralmente não têm reservas financeiras, ao perderem seus empregos (com ou sem carteira) passaram a empreender muitas vezes no seu próprio domicílio para obter alguma renda.

Quanto aos trabalhadores sem carteira assinada, o percentual de pobres nesta categoria também é muito elevado, aumentando no período para todos os recortes considerados. Destaca-

se ainda que a posição de trabalhador familiar é proporcionalmente maior na região Norte: 13,44% em 2012 e 12,66% em 2020.

Os dados acima só corroboram a ideia já presumida anteriormente de que nas regiões menos desenvolvidas e mais suscetíveis às condições de pobreza, o mercado de trabalho é um fator que reforça a maior precariedade, e os pobres ocupam, em sua maioria, serviços sem proteção da legislação do trabalho, por terem de se submeter a essas condições devido a necessidades de renda. (Tabela 9)

De outra forma, nas regiões mais desenvolvidas, os pobres representam quase o dobro dos que trabalham com carteira assinada em relação às regiões Norte e Nordeste. Apesar da perda de participação no período, no ano de 2020, os percentuais nessa modalidade eram: Sul (34,4%), Sudeste (37,04%) e Centro-Oeste (37,8%). Logo, os pobres dessas regiões estão, de certo modo, mais protegidos. Ainda, quanto às outras posições na ocupação, essas regiões possuem menor participação de pessoas pobres na modalidade de trabalho familiar auxiliar.

Tabela 9 - Distribuição de pobres ocupados por posição na ocupação – Brasil e regiões – 2012 e 2020 – %

Unidade Territorial	2012					
	C/ CTPS*	S/ CTPS	Militares e estatutários	Empreg.	Conta Própria	Trab. Fam. Auxiliar
Brasil	26,63	31,12	2,58	0,75	31,21	7,72
Norte	17,36	28,39	3,12	0,90	36,79	13,44
Nordeste	18,88	34,25	2,68	0,62	35,34	8,22
Sudeste	41,19	28,84	2,10	0,78	23,15	3,95
Sul	35,88	23,24	2,15	1,24	27,6	9,90
Centro Oeste	38,99	31,35	3,26	0,64	22,52	3,23
	2020					
Brasil	26,28	30,18	2,75	0,96	34,17	5,65
Norte	14,72	26,94	2,80	0,99	41,88	12,66
Nordeste	20,46	35,20	3,46	0,96	34,84	5,10
Sudeste	37,04	27,20	1,98	0,96	29,57	3,27
Sul	34,40	22,08	2,05	0,77	35,38	5,32
Centro Oeste	37,80	28,11	2,16	1,19	28,63	2,13

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

De acordo com a Tabela 10, no Brasil, em 2012, os pobres se concentravam no setor de serviços (49,72%) e na agropecuária (28,51%). De modo geral, os trabalhadores pobres nestes setores estavam concentrados em ocupações que exigiam menor qualificação e caracterizavam-se por trabalhos mais desgastantes e braçais, além da baixa remuneração que recebiam (Couto,

2014). Em 2020, houve aumento de ocupados no setor de serviços, com um alcance de 58,14% e uma queda na agricultura, cuja participação ficou em 21,39%. Esse mesmo movimento foi verificado para todas as regiões.

Tabela 10 - Distribuição de pobres ocupados por setor de atividade – Brasil e regiões – 2012 e 2020 – %

Unidade Territorial	2012				2020			
	Agro	Ind. Geral	Constr.	Serv.	Agro	Ind. Geral	Constr.	Serv.
Brasil	28,51	10,52	11,23	49,72	21,39	10,45	10,02	58,14
Norte	33,09	9,96	10,04	46,91	30,37	10,55	8,41	50,67
Nordeste	33,51	9,02	10,33	47,14	23,52	8,74	9,52	58,22
Sudeste	18,38	11,68	12,91	57,03	14,35	12,25	10,33	63,07
Sul	28,98	16,78	11,92	42,33	22,04	12,82	12,75	52,39
Centro Oeste	18,25	11,19	13,70	56,86	14,07	10,80	12,83	62,30

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

A Tabela 11 mais abaixo mostra a renda média do trabalho principal dos trabalhadores pobres. As regiões Norte e Nordeste possuem os menores rendimentos médios tanto em relação ao Brasil como às demais regiões. Já no Sudeste, Sul e Centro Oeste, esse indicador é ligeiramente acima de R\$ 1.000,00. Nota-se que apesar das variações positivas ou negativas ocorridas na renda do trabalho entre 2012 e 2020, estas foram muito modestas.

A renda média do trabalho principal dos pobres nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste representou 119%, 124,85% e 127,00%, respectivamente, da renda média encontrada para os pobres no país como um todo. Já nas regiões Norte e Nordeste, esta participação caiu para 91,40% e 81,32%, respectivamente.

Esses dados mostram uma grande desigualdade entre os pobres no que diz respeito a este indicador. Ao comparar-se a renda média do trabalho do pobre no Nordeste com a do pobre da região Centro-Oeste, respectivamente as regiões com a menor e maior renda média, os pobres nordestinos ganham, em média, 64% do que ganham os pobres no Centro-Oeste.

O nível de renda do trabalho das pessoas pobres, como se nota, é muito baixo, sobretudo se comparado ao rendimento médio do trabalho no Brasil em 2020, que foi cerca de R\$ 2.400,00, que já é considerado um nível baixo e por trás desse valor médio há uma enorme desigualdade.

Nesse sentido, a desigualdade de renda é um problema pois gera outras desigualdades, como a de oportunidades, por exemplo.

A desigualdade de oportunidades dificulta que pessoas talentosas e esforçadas alcancem todo o seu potencial, o que implica perda para a economia [...] afeta o crescimento econômico porque o capital humano é a força motriz do desenvolvimento das sociedades (Nery, 2023, p. 51).

Tabela 11 - Renda média do trabalho principal do total de trabalhadores pobres – Brasil e regiões – 2012 e 2020 – R\$

Unidade Territorial	2012	2020
Brasil	834,18	843,40
Norte	833,63	770,62
Nordeste	677,23	685,68
Sudeste	1020,06	1008,97
Sul	1015,97	1052,91
Centro-Oeste	1058,71	1071,03

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

Faz-se necessário analisar também a importância de se contribuir para a Previdência Social, a fim de que, no futuro, as pessoas possam ter acesso à segurança de uma renda de aposentadoria durante a velhice, dentre outros benefícios previdenciários. Conforme já foi explicitado, as aposentadorias e pensões são responsáveis por tirar algumas famílias da linha da pobreza, ainda mais quando se consideram aquelas que são compostas por idosos. Essas famílias podem possuir uma renda *per capita* maior exatamente pela renda dessas transferências, o que em alguns casos eleva a renda das famílias para além da linha de pobreza.

No entanto, conforme a Tabela 12, no Brasil, no ano de 2012, apenas 34,77% dos pobres contribuíram para a Previdência, enquanto em 2020 essa proporção passou para 37,34%. Porém, esse percentual é muito baixo. Esse fato se deve à alta informalidade que predomina entre os pobres, que possuem rendas muito baixas e até incertas, fato este que não torna possível que aqueles os quais atuam na informalidade separem parte de sua renda para sua contribuição individual.

Quando se observam as regiões menos desenvolvidas, tanto em 2012 como em 2020, o percentual dos que contribuem com a Previdência é ínfimo: em 2012, 25,88% e 24,12% para as regiões Norte e Nordeste, respectivamente e em 2020, 24,12% e 30,41%, respectivamente. Isso significa que mais de 70% dos pobres destas duas regiões não contribuem com a Previdência e estão desprotegidos.

Tabela 12 - Distribuição de pobres contribuintes da previdência social – Brasil e regiões – 2012 e 2020 – %

Unidade Territorial	2012	2020
Brasil	34,77	37,34
Norte	25,88	24,12
Nordeste	26,03	30,41
Sudeste	49,60	48,74
Sul	49,06	53,19
Centro-Oeste	46,63	47,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

Em comparação, nas regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste ocorre o contrário: os percentuais de contribuintes se aproximam de 50% em ambos os anos. No entanto, esse percentual ainda pode ser considerado modesto. Dessa forma, destaca-se que há discrepâncias entre as regiões nesse quesito. Boa parte dos pobres estão na informalidade, o que justifica uma baixa proporção de pobres contribuintes (Tabela 12).

É importante mencionar que:

A contribuição para previdência social entre a população ocupada, por outro lado, traz uma série de garantias de manutenção de renda para o enfrentamento de situações que gerem incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho, como acesso à aposentadoria e pensões, férias remuneradas e auxílio-doença entre outros benefícios e direitos. No Brasil, 65,4% dos ocupados contribuíam para previdência em 2020, o que deixa à margem de qualquer proteção dessa natureza mais de 1/3 da população ocupada. (IBGE, 2021, p. 70).

O Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, varia de 0 a 1, e, quanto mais próximo de 0 menor a desigualdade. Em 2012, esse indicador foi de aproximadamente 0,23 para os pobres no Brasil, já em 2020 foi 0,24 (Tabela 13).

Já no Norte e Nordeste, a desigualdade foi ligeiramente maior, 0,25 e 0,26, respectivamente, em 2012, o que evidencia maior desigualdade em relação às regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, cujos índices se aproximavam de 0,20.

Para 2020, de modo geral, foi mantida uma distribuição próxima da encontrada em 2012, uma vez que o índice de Gini é um indicador que tem como característica o fato de que leva tempo para que seja substancialmente alterado e o intervalo de tempo analisado neste estudo é relativamente curto.

Em 2020, o índice de Gini da renda domiciliar *per capita* para o Brasil como um todo, foi de 0,524, enquanto para os pobres foi de 0,24. Como se nota, há menor desigualdade de renda

entre os pobres, uma vez que sua renda varia de zero a no máximo meio salário-mínimo, então os pobres são mais iguais entre si devido à renda baixa delimitada pela linha de pobreza.

Tabela 13 – Índice de Gini – Brasil e regiões – 2012 e 2020 – %

Unidade Territorial	2012	2020
Brasil	0,2349	0,2381
Norte	0,2455	0,2488
Nordeste	0,2594	0,263
Sudeste	0,2047	0,208
Sul	0,1947	0,1959
Centro-Oeste	0,1909	0,1909

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

A fim de ilustrar a distribuição de pobres no Brasil, a Tabela 14 mais abaixo desagrega as regiões em suas Unidades Federativas (UFs). Pode-se perceber que algumas UFs se destacaram mais que outras. Conforme já discutido, regiões menos desenvolvidas estão mais associadas à condição de pobreza e vulnerabilidade dos indivíduos, uma vez que além de ter acessos restritos a serviços públicos (como de saúde e educação), possuem um mercado de trabalho mais precário⁸.

O fato acima é explicitado nos seguintes dados: em 2020, nos estados das regiões Norte e Nordeste, com exceção de Rondônia (29,66%), Tocantins (40,81%) e Rio Grande do Norte (43,56%), todos os outros estados possuíam aproximadamente 50% da população composta por indivíduos pobres, com destaque para Maranhão (58,91%), Alagoas (55,07%) e Amazonas (52,64%).

Por outra perspectiva, verifica-se que as UFs das regiões relativamente mais desenvolvidas (Sul, Sudeste e Centro-Oeste) possuem menor parcela de pobres. Os estados de Santa Catarina (13,81%), Rio Grande do Sul (16,95%) e Distrito Federal (17,73%) destacaram-se por terem as menores proporções de pobres. Os demais estados dessas três regiões mais desenvolvidas, possuíam, em média, 21,85% da população formada por pobres.

A partir dessa análise do ano mais recente, pode-se fazer um breve comparativo a 2012 e observar que não houve mudanças significativas (Tabela 14). É válido ressaltar que a pandemia contribuiu para as pessoas ficarem menos pobres devido aos benefícios emergenciais (World Bank, 2022), além disso, a PNAD Contínua sofreu restrições em sua aplicação em 2020, devido

⁸ Em termos de baixos níveis de assalariamento, rendimentos e proteção da legislação trabalhista.
 INFORME ECONÔMICO (UFPI) - ISSN 2764-1392
 ANO 26 - VOLUME 48 - NÚMERO 1 – JANEIRO-JUNHO, 2024

às dificuldades para realizar a coleta de dados em razão do distanciamento social exigido naquele ano.

Tabela 14 - Distribuição de pobres por unidade federativa (UF) – Brasil e regiões – 2012 e 2020 – %

2012			
UF	Pobres	UF	Pobres
Rondônia	27,89	Sergipe	43,47
Acre	48,22	Bahia	46,26
Amazonas	51,30	Minas Gerais	23,92
Roraima	48,40	Espírito Santo	26,05
Pará	45,71	Rio de Janeiro	25,48
Amapá	48,11	São Paulo	19,47
Tocantins	37,65	Paraná	19,87
Maranhão	57,16	Santa Catarina	12,90
Piauí	46,19	Rio Grande do Sul	16,45
Ceará	46,54	Mato Grosso do Sul	23,08
Rio Grande do Norte	41,32	Mato Grosso	23,75
Paraíba	48,75	Goiás	25,57
Pernambuco	48,64	Distrito Federal	17,90
Alagoas	53,10		
2020			
Rondônia	29,66	Sergipe	45,01
Acre	49,58	Bahia	47,70
Amazonas	52,64	Minas Gerais	25,05
Roraima	50,51	Espírito Santo	26,06
Pará	48,02	Rio de Janeiro	25,85
Amapá	50,29	São Paulo	19,16
Tocantins	40,81	Paraná	20,15
Maranhão	58,91	Santa Catarina	13,81
Piauí	48,16	Rio Grande do Sul	16,95
Ceará	48,24	Mato Grosso do Sul	24,30
Rio Grande do Norte	43,56	Mato Grosso	25,38
Paraíba	51,36	Goiás	25,94
Pernambuco	50,09	Distrito Federal	17,73
Alagoas	55,07		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNADC (2012, 2020).

De acordo com os dados da Tabela 14, apesar dos aumentos ou reduções das taxas de pobreza, tais variações não mudaram a magnitude da pobreza nas UFs. Notou-se ainda muita discrepância entre essas taxas, com um mínimo de 12,90% em 2012 e 13,90% em 2020, em Santa Catarina, e um máximo de 53,10% (2012) e 55,07% (2020) em Alagoas.

Conclusão

Este trabalho realizou uma análise comparativa da pobreza no Brasil e suas macrorregiões entre 2012 e 2020. Ao utilizar dados da PNAD Contínua, definiu-se como pobre as pessoas que tinham renda domiciliar *per capita* de até ½ salário-mínimo. A taxa de pobreza nesse período ficou praticamente estável.

A partir da análise constataram-se alguns diferenciais entre as regiões. Historicamente as regiões Norte e Nordeste possuem maior proporção de pobres, a escolaridade média é mais baixa, apesar da relativa melhora entre 2012 e 2020. Também possuem menor renda de trabalho e a maior parte dos trabalhadores estão em ocupações sem carteira assinada, ou por conta própria ou são trabalhadores familiares auxiliares, serviços que em geral são mais precários. Destaca-se também a maior proporção de mulheres, negros e mais jovens entre os pobres, especialmente no Norte e Nordeste.

Já nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, observou-se que a magnitude de pobres é menor e o perfil em termos de escolaridade e inserção no mercado de trabalho é relativamente melhor.

Para finalizar, as informações apresentadas mostraram a desigualdade regional no país e, portanto, para mitigá-las, os formuladores de políticas de enfrentamento da pobreza devem focar em ações e investimentos específicos que visem reduzir as diferenças regionais bem como as desigualdades e discriminações entre homens e mulheres, negros e brancos. Além disso, tais políticas devem procurar melhorar o nível de escolaridade e criar oportunidades de emprego e renda para os mais pobres, sobretudo no Norte e Nordeste.

Referências

BRASIL. **Perfil dos beneficiários do auxílio emergencial pela Covid 19: quem são e onde estão?** Brasília, DF: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2021. 75 p. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_225.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRITO, E. C.; DATHEIN, R. Perfil da pobreza no trabalho no Brasil: o papel das estruturas produtiva e ocupacional (2012-2021). **Economia Ensaios**, Uberlândia, 39, p. 154-175, abr. 2024.

CODES, A. L. Mensuração da Pobreza: uma reflexão sobre a necessidade de articulação de diferentes indicadores. **Caderno CRH**, v. 17, n. 40, 2004.

- COUTO, A.C.L. **Pobreza entre os ocupados agrícolas no Brasil rural**: uma análise de suas características e principais determinantes (2004-2012). 2014. (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- COUTO, A. C. L.; BRITO, E. C.; SILVA, C. da. Crescimento pró-pobre: uma análise da heterogeneidade nos estados brasileiros (2012-2019). **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 43, n.1, p. 56-101, ago., 2021.
- COUTO, A. C. L.; BRITO, E. C. Crescimento pró-pobre, educação e informalidade: uma avaliação das regiões brasileiras (2012-2019). **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v. 2, n. 49, p. 80-101, 2021.
- GONÇALVES, J.; HOFFMANN, R. De norte a sul, de leste a oeste: mudança na identificação racial no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, 1–25, 2020.
- GUIMARÃES, A. S. A. Raça e pobreza no Brasil - a rationale dos estudos de desigualdade racial. *In*: DURHAN, E. R.; BORI, C. **O negro no ensino superior**. São Paulo: USP/Nupes, v. 1, p. 3-15, 2003.
- HAUGHTON, J.; KHANDKER, S. R. **Handbook on poverty and inequality**. Washington: The World Bank, 2009.
- INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE - IETS. **Urban poverty in Brazil – a general overview**. Rio de Janeiro: IETS, abril, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese das Informações Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. PNADC. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: microdados de 2012 e 2020. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/Visita/. Acesso em: 20 nov. 2022.
- IZEPÃO, R. L.; ALBUQUERQUE, M. R. D.; FERNANDES, C. B. S. O combate à pobreza no Brasil: Uma análise dos principais instrumentos de políticas governamentais. **Revista de Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 5, p 1-19, mar., 2020.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 79–112, 2006.
- LEONE, E.T. **Pobreza e trabalho no Brasil**: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas nos anos 80. 1994. 236 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

LIMA, A. L. M. C. **Modelagem de equações estruturais**: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza. 2005. 286 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

LOPES, L. da S.; AZEVEDO, R. C. de. A pobreza numa perspectiva de gênero: reflexões no contexto latino-americano. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, MUNDIALIZAÇÃO E ESTADOS NACIONAIS, 2, São Luiz. **Anais [...]**. São Luiz: UFMA, 2005.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório final do projeto Governabilidad Democrática de gênero en América Latina y en el Caribe. Brasília: Cepal, 2005.

NERY, P. Políticas de combate à desigualdade. *In*: CALDEIRA, T.C.M; RESENDE, C.C. (org.). **Conversas sobre políticas públicas e desenvolvimento**. Brasília: Instituição Brasileira de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, p. 46-54, 2023.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 14, 2004, Minas Gerais. **Anais [...]**. Minas Gerais: ABEP, p. 1-12, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 5 jul. 2022.

OSÓRIO, R. G. *et al.* Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. **Texto para Discussão**, n. 1647, Brasília: IPEA, 2011.

PEREIRA, A. C. O; SILVA, A. M. R. Pobreza segundo o gênero no Brasil: uma análise dos anos de 2004, 2009 e 2014. **A Economia em Revista**, Maringá, v.29, n. 01, 2021.

PINHONI, M. Consciência racial cresce, mostra Censo 2022, mas desigualdades persistem. **G1 Economia**, 24 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/centro/noticia/2023/12/24/consciencia-racial-cresce-mostra-censo-2022-mas-desigualdades-persistem.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2024.

ROCHA, S. Governabilidade e pobreza: o desafio dos números. **Texto para Discussão** n. 368, Rio de Janeiro: IPEA, fev. 1995.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, F. F. C.; PIRES, M. M.; DRUMOND, C. E. I. Understanding the determinants of poverty in Brazil: A household level analysis. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS REGIONAIS, 10, 28 a 30 set. 2022, Salvador. **Anais [...]**. Enaber, Salvador, 2022.

SEN, A. Poor, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, v. 35 n. 1, p.153-169, mar. 1983.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, P. H G. F.; OSÓRIO, R.G. Perfil da pobreza na Bahia e sua evolução no período 2004-2009. **Texto para Discussão**, n. 1743, Brasília: IPEA, 2012.

WORLD BANK. **Brazil poverty and equity assessment**. Looking ahead of two crises. Washington D.C: World Bank Group, 2022.

ZAMBAM, N. J.; KAMPHORST, M. O desenvolvimento como liberdade e cidadania em Amartya Sen. *In*: PIERDONÁ, Z. L.; ZAMBAM, N. J.; FERRARO, A. V. (org.). **Cidadania, Debate Público e Seguridade Social a partir de Amartya Sen**. Porto: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos, p. 83-101, 2020.